



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Mães paridas por seus filhos: O Movimento Mães de Maio frente à "democracia das chacinas"

Autoria: Matheus de Araújo Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Os Crimes de Maio são considerados o maior massacre da história recente brasileira, com 494 pessoas assassinadas entre 12 e 20 de maio de 2006, das quais cerca de 122 possuíam traços de execução sumária por grupos de extermínio ligados a policiais, ex-policiais e agentes de segurança. Os ataques se deram em mais de 60 municípios paulistas, em regiões predominantemente periféricas, além de postos policiais e pontos comerciais, em que 59 agentes da polícia foram mortos. A contagem oficial de assassinatos, no entanto, aponta para 493 mortos e é colocada em questão pelos familiares das vítimas, que afirmam que nem todas as mortes foram contabilizadas pelo Estado. Este é o caso de Ana Paula Gonzaga dos Santos, que foi executada com nove meses de gravidez, no dia anterior à data marcada para o nascimento de sua filha, juntamente com seu marido. Vera Lúcia Gonzaga dos Santos, mãe de Ana Paula e avó de Bianca, juntamente com outras Mães de Maio, reivindicam que sua neta seja reconhecida como a vítima 494. Além disso, as Mães afirmam que pode haver um número ainda maior de assassinatos no período, considerando ocultações de



cadáveres, falsificações de laudos e outros recursos utilizados por tais agentes públicos violentos? (MÃES DE MAIO, 2011, p. 19). Diante deste cenário, as Mães se (re)conheceram, se uniram e passaram a se organizar como ?uma rede de Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da violência do Estado Brasileiro (principalmente da Polícia), formado aqui no estado de São Paulo a partir dos famigerados Crimes de Maio de 2006? (idem, p. 20). Foi o luto das mortes de seus filhos que serviu/serve de combustível para o engajamento das Mães na luta contra a estrutura social que levou à morte de seus filhos. "Do luto à luta" se tornou o lema chave do Movimento Mães de Maio, que enfrenta constantemente a perpetuidade dos atos violentos cometidos pelo "terrorismo de Estado" que demarcam a presente "democracia das chacinas". Seguindo os passos das Mães, busco identificar quais são suas categorias significativas e relações atuantes na constituição e continuidade do Movimento Mães de Maio, de modo a priorizar não o que venha a ser "luto" ou "luta", mas como se dá e quais as implicações da passagem "do luto à luta" operada por estas Mães. Em seguida, aproximo-me analiticamente destes elementos identificados utilizando algumas contribuições da Antropologia da Política em diálogo com searas antropológica como a morte, o parentesco, a memória e o urbano, entre outras. Desta maneira, a presente comunicação se debruçará sobre diversas questões, a exemplo de: como o luto se transforma em luta? O que e como ele implica no Movimento? Como estas Mães lidam com os territórios associados às memórias de seus filhos? O que a memória passada dos filhos cria no presente?

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: